

- 1 **Data:** 29 de Maio 2008.
- 2 **Horário:** – 13:30 às 19:00
- 3 **Local:** Auditório da SESA/ISEP - Rua Piquiri, 170.
- 4 **Conselheiros membros – Gestão Provisória**

	Nome	Frequência	Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	Usuários			
1	Claudiney Batista	Presente	Titular	SINDPETRO
	Rui Dalcion Rocha Rossetim	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Jonas Braz	Presente	Titular	FNU
	Ivanor de Oliveira Valentini	Presente	Suplente	FNU
3	Mercedes Panassol Demori	Presente	Titular	FETAEP
	Aristeu Elias Ribeiro	Presente	Suplente	FETAEP
4	Marcelo Montanha da Silva	Presente	Titular	CUT
	Susana Beatris Guthner Arrua	Presente	Suplente	FORÇA SINDICAL
5	Maria Elvira de Araújo	Presente	Titular	FATIPAR
	Dílson Paulo Alves	Presente	Suplente	FATIPAR
6	Paulo Reissinho de Paula	Presente	Titular	FOPS
	Livaldo Bento	Presente	Suplente	MOPS
7	Luiz Edgar Chrisc	Presente	Titular	Fórum paranaense de ONGs/AIDS
	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	Fórum paranaense de ONGs/AIDS
8	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDVA
	José Apolinário Filho	Presente	Suplente	DEFIPAR
9	Reinaldo Onofre Skalizs	Presente	Titular	ADOC
	Jorge Luiz Couto Vieira	Ausente	Suplente	ADOC
10	Joel Tadeu Corrêa	Presente	Titular	FAMOPAR
	Alceu V. Blaca de Nascimento.	Presente	Suplente	FAMOPAR
11	Vilson Tavaris da Cruz	Presente	Titular	MST
	Marlene Alves Moraes	Presente	Suplente	MST
12	Joelma Aparecida de S. Carvalho	Presente	Titular	CMP
	Antonio Pitol	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
13	Amélia Cabral Alessi	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Suplente	Pastoral da Criança
14	Valdir Donizete de Moraes	Presente	Titular	ECOFORÇA
	Roberto Picorelli	Presente	Suplente	ECOFORÇA
15	Paulo Roberto Schubert	Presente	Titular	FECOMERCIO
	Carmem Luiza Renner W. de Camargo	Presente	Suplente	FIEP
16	Luiz Anselmo Merlin Tourinho	Presente	Titular	FAEP
	Silvio Alexsandro Krinski	Ausente	Suplente	FAEP
17	Rosalina Batista	Presente	Titular	União Brasileira de Mulheres
	Ariana Caroline Pusch	Presente	Suplente	ASSEMBA
18	Valdir Izidoro Siqueira	Presente	Titular	Inst. Afro Brasileiro
	Ângela Maria Martins da Silva	Presente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
1	Carlos Humberto Zanetti	Presente	Titular	ABO
	Juliana Ferreira Camassa Bastos	Presente	Suplente	CRO
2	Antônio Garcez Novaes	Presente	Titular	C.R. de Farmácia
	Volnei Rosa Staut	Presente	Suplente	C.R. de Farmácia

3	Marina Hiromi Assanuma	Presente	Titular	CRMV
	Romeu Bertol	Presente	Suplente	CRM
4	Sueli Preidum de Almeida Coutinho	Presntes	Titular	CRESS
	Gildasio José dos Santos	Presente	Suplente	CREF
5	Joari Stalhlschmidt	Presente	Titular	CREFITO
	Jhulie Rissato da Silva	Presente	Suplente	CRN
6	Carmem Cristina Moura dos Santos	Presente	Titular	ABEN
	Thereza C. de A. Salomé	Presente	Suplente	CRP
7	Elfrida Karoll Andreazza	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Giovana Maria	Presente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
8	José Carlos Leite	Presente	Titular	SINDPREVS
	Bett Claide Nascimento	Presente	Suplente	SINDPREVS
9	Luiz Carlos Silva de Oliveira	Presente	Suplente	Conselho dos Sindicatos dos
	Raquel Prestes Mello	Presente	Suplente	ASSEF
	Prest. De Serviços de Saúde		Condição	Entidade
1	Rosita Márcia Wilner	Presente	Titular	FEMIPA
	Estela Mari Galvon Cuchi	Presente	Suplente	FEMIPA
2	Marilise Borges Brandão	Peresente	Titular	FEHOSPAR
	José Stori	Presente	Suplente	FEHOSPAR
3	Alfredo Franco Ayub	Presente	Titular	ACISPAR
	José Cleber Carulla	Presente	Suplente	ACISPAR
4	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Titular	UEL
	Maria Matilde Zraik Baracat	Presente	Suplente	UFPR
	Magda Lúcia Félix de Oliveira	Presente	Titular	UEM
1	Sérgio Moacir Favriz	Ausente	Suplente	UNIOESTE
	Gestores		Condição	Entidade
2	Marina Sidnéia Martins	Presente	Titular	COSEMS
	Matheos Chomatas	Ausente	Suplente	COSEMS
3	Carlos Geraldo da Silva	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Elenir Moisés Bueno	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
4	Gilberto B. Martin	Presente	Titular	SESA
	Grasiela Pomini	Ausente	Suplente	SESA
5	Ana Maria de Nóbrega de Goes	<i>Ausente</i>	<i>Titular</i>	Ministério da Saúde/FUNASA
	Tânia Margaret Piassa	<i>Ausente</i>	<i>Justificado</i>	Ministério da Saúde/FUNASA

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO CES/PR –GESTÃO PROVISÓRIA

Data: 29 de Maio de 2008.

Horário: 13:30 às 19:00 horas

Local: Auditórios 'A' e 'B' da SESA - Rua Piquiri, 170- Curitiba - PR.

PROGRAMAÇÃO

13:30 horas – Abertura da Sessão

14:00 horas – Posse dos Novos Conselheiros – Gestão PROVISÓRIA

14:00 horas – Discussão e aprovação do Regulamento de Eleição da Mesa Diretora do
CES/PR17: 00 horas – Eleição da Mesa Diretora18:00 horas – Posse da Mesa Diretora-Gestão
PROVISÓRIA - 2008

19:00 horas – Agendamento das próximas reuniões

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e oito, após a constatação do quorum
necessário o **Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, Gilberto Berguio
Martin**, dá início à reunião 142ª Reunião Ordinária do CES-PR, agradecendo a presença de

19 todos os conselheiros e conselheiras, dos observadores participantes, do Dr. Marcelo Magio,
20 representante do Ministério Público, do presidente do Conselho Regional de Farmácia (CRF),
21 Paulo, e todos os demais presentes. Após apresentações Gilberto coloca que, como está sendo
22 instituído, a partir desta data, o reinício das atividades do Conselho Estadual de Saúde, porém
23 com caráter de Conselho provisório, nomeado por um decreto assinado pelo governador
24 Roberto Requião, ele irá fazer as honras da casa e a abertura da reunião com uma atividade
25 inicial e formal de assinatura de posse dos conselheiros para que, na sequência, a Secretaria
26 Executiva do CES faça a leitura da proposta de regimento eleitoral e depois seja realizada a
27 eleição da Mesa Diretora do Conselho, para que esta assuma e retome, portanto, a pauta que
28 está estabelecida. Gilberto destaca que está satisfeito pela retomada das atividades do
29 Conselho e reforça que esta satisfação vem eivada com a sensação de decepção, já que ele e
30 os conselheiros não queriam que o Conselho tivesse que ser reconstituído mediante decreto do
31 gestor para a recomposição e o reinício do Conselho. No entanto ele lembrou que isto um
32 cumprimento do que estabelece a legislação, uma vez que se extinguiu o prazo de vigência do
33 Conselho anterior e o Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná não pode ficar sem o
34 CES, porque, obviamente, ninguém quer que o processo de gestão da saúde fique sem o
35 controle social, que é representado pelos trabalhos do Conselho Estadual de Saúde. Então, no
36 cumprimento da legislação, foi instituído o Conselho provisório com o objetivo de, em primeiro
37 lugar, retomar as atividades do Conselho e, em segundo lugar, fazer com que as ações e
38 atividades do Conselho não tenham interrupção, e ainda com o objetivo de traçar a retomada
39 para a realização das eleições definitivas do Conselho eleito pelo movimento do controle social
40 como estabelece a Constituição Federal e toda a regulamentação existente relativa ao controle
41 social. Gilberto esclarece também que a definição do Conselho passou pelo processo de
42 conversa interna da responsabilidade do gestor, e que ele tinha um compromisso com todas as
43 pessoas que estavam no Colégio Estadual do Paraná no dia em que se tentou realizar a
44 segunda reunião para fazer a eleição definitiva do Conselho - reunião que foi suspensa por
45 liminar – de que se não fosse recomposto legalmente o Conselho até o prazo de extinção do
46 Conselho anterior, que era 31 de março, seria necessário cumprir a lei e recompor o Conselho,
47 mediante decreto, para que se respeitasse o que havia de dinâmica estabelecida pelo
48 movimento de controle social do Estado, que eram as discussões feitas na Conferência realizada
49 em Londrina no final do 2008, somadas às deliberações tomadas no primeiro Conselho anterior
50 durante o início deste ano de 2008 e que culminou com a suspensão da eleição,
51 estabelecimento de uma nova eleição e definição de uma comissão eleitoral e com o
52 estabelecimento das regras que deveriam ser cumpridas para o estabelecimento da composição
53 das entidades que pudessem disputar a eleição como conselheiros. Conforme Gilberto, estas
54 regras culminaram com a organização de uma comissão eleitoral que fez uma avaliação de
55 todas as entidades que se apresentaram com a intenção de vir àquela reunião do Conselho
56 Estadual e disputar o pleito para se tornar conselheiro. Segundo ele o que se procurou fazer foi
57 uma composição dentro do que havia sido estabelecido, buscando nos casos que fossem
58 necessários, cumprir uma interpretação do que é o desejo do Conselho e do controle social do
59 Estado, para que as entidades tenham a sua representatividade social estabelecida com
60 característica de representatividade por todo o Estado. Com esses parâmetros chegou-se a uma
61 proposta que foi levada ao governador e assinada por ele, em confiança à apresentação feita
62 por ele. O Secretário Estadual de Saúde assume a responsabilidade dos erros e acertos desta
63 composição afirmando que essa responsabilidade é do gestor, ou seja, é do Secretário
64 Estadual. Ele reafirma que procurou, na medida do possível, seguir aquilo que já vinha
65 acontecendo dentro do movimento do controle social do Estado do Paraná, procurando resgatar

as principais preocupações que eram manifestas na Conferência, como as que foram manifestadas pelo Conselho nas suas reuniões, no início deste ano. De acordo com Gilberto essas explicações iniciais sobre a nova composição são importantes até que seja realizada uma nova Conferência Extraordinária, seja eleito um novo Conselho, e a partir daí o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná volte a ter vida normal e seguir o seu curso sem interrupções. Após esta fala, Gilberto, encaminha a reunião da seguinte forma: a primeira atividade é a instalação do Conselho que é o chamamento das pessoas que foram indicadas pelas entidades nomeadas para fazer parte do Conselho - o decreto nomeou as entidades e as entidades indicaram seus representantes - para que estas pessoas assinem o termo de instalação do Conselho Estadual de Saúde como primeiro passo de formalização, de legalização do início das atividades. Feito este ato, na sequência a Secretária Executiva assume para fazer a leitura, discussão, e aprovação final do regimento eleitoral para a eleição da mesa. Gilberto pergunta se todos têm na pasta o termo. Com a resposta negativa dos presentes o Gilberto sugere a leitura do mesmo e depois será repassada uma cópia para todos. Gilberto lê o termo: *"TERMO DE INSTALAÇÃO DO CES-PARANÁ – GESTÃO PROVISÓRIA. CONSELHEIROS DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE CES-PR. TOMAM POSSE NA PRESENTE DATA OS CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ CES-PR CONFORME INDICAÇÃO FEITA PELAS ENTIDADES, ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE SERÃO HOMOLOGADOS E NOMEADOS PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, SR. ROBERTO REQUIÃO DE MELO E SILVA, DE CONFORMIDADE COM O DECRETO ESTADUAL Nº 2.635, DE OITO DE MAIO DE 2008, E OS § 3º E 4º, DO ARTIGO 6º, DA LEI ESTADUAL Nº 10.913/94. NO PRESENTE ATO DE INSTALAÇÃO DO CES, OS SEGUINTE CONSELHEIROS REPRESENTARÃO A SOCIEDADE PARANAENSE NA CONDUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS-PR"*. Gilberto Berguio Martin nomina e chama as pessoas para que assinem, um a um, concluindo assim a fase de instalação. **Marcos, do Fórum Popular de Saúde**, interrompe e diz que quando, em fevereiro no Colégio Estadual do Paraná, surgiu o impasse da eleição por conta da liminar, nós começamos uma discussão que desembocou no dia de hoje. Segundo ele encerrou-se o mandato do Conselho e houve a necessidade desse decreto e uma das questões, que inclusive tem o compromisso do Secretario Estadual de Saúde, é de que esse Conselho seja provisório e que ele tenha como principal e única função nesse momento encaminhar o processo de eleição. A proposta de encaminhamento de Marcos é que conste na ata de posse que o Conselho irá encaminhar o processo eleitoral no mais curto espaço de tempo possível, e que sejam garantidos os termos da Resolução 001/08, que disciplinou a eleição que foi - naquele momento - obstruída pela liminar e que hoje já não há impedimento de realizar. **Gilberto** retoma a palavra e explica em primeiro lugar, deve ser instalado o Conselho e após a instalação devem ser discutidas todas as questões de encaminhamento. Diz ainda que se o debate ocorrer antes mesmo da instalação do Conselho ele não será instalado. De acordo com ele, por uma questão de ordem de encaminhamento, deve ser feita a posse do conselho. **Marcos** – Fórum Popular de Saúde retoma dizendo que não existe uma posição contrária ao encaminhamento de Gilberto, só que ele pede para que conste, na redação da ata de posse essas questões. **Gilberto** diz que não quer discutir porque seu entendimento é parecido, porém com algumas ressalvas, já que o Conselho, além de realizar a eleição do próximo Conselho, tem algumas questões que precisam ser discutidas e encaminhadas. Ele lembra que o CES não toma nenhuma deliberação desde a Conferência em Londrina e que isso está deixando toda a estrutura parada. Conforme ele essa é uma discussão que deve ocorrer, mas após a instalação do Conselho e sugere que se deve ir por etapas: primeiro instalar o Conselho provisório e a segunda, mesmo que for para durar uma única

reunião, o Conselho provisório deverá ter uma mesa diretora que dirija os trabalhos. Cumpridas estas duas etapas o Conselho discutirá tudo o que for necessário. Reforça que, em seu entendimento, essa discussão não cabe no momento porque não há Conselho para discutir enquanto ele não for instalado. Gilberto encaminha esclarecendo, com uma questão de ordem nesse momento, que a responsabilidade pela condução do trabalho é dele e que não pode abrir mão dela. Ele chama para assinar o termo representando os usuários: 1) Entidades representantes dos trabalhadores urbanos e rurais, Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), conselheiro Jonas Brás, titular e o suplente da Federação Nacional dos Urbanitários, Ivanor de Oliveira Valentin. O próximo a ser chamado é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo dos estados do Paraná e Santa Catarina, SINDPETRO. Titular: Claudinei Batista, o suplente, também do SINDPETRO, Rui Dalcião Rocha Rossetin. A próxima entidade é a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado do Paraná – FETAEP. Titular: Mercedes Panassol Demori. O suplente, também da FETAEP, Aristeu Elias Ribeiro. A próxima entidade é a Federação das Associações de Terceira Idade do Estado do Paraná – FATIPAR que tem como titular Maria Elvira de Araújo e como suplente, também da FATIPAR, Dilson de Paulo Alves. A próxima entidade é a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Titular: Marcelo Montanha da Silva. Suplente, Força Sindical do Paraná, Suzana Beatriz Gutner Arrua, constatada a ausência, segue a chamada. Segundo grupo de entidades representantes dos usuários: Grupo das Entidades Representantes dos Movimentos Comunitários Organizados na Área de Saúde. Titular: Fórum Popular de Saúde (FOPS), com o conselheiro Paulo Reissinho de Paula. Suplente: Movimento Popular de Saúde do Paraná (MOPS), Livaldo Bento. Terceiro grupo de entidades representando os usuários. Entidades Representantes de Portadores de Patologias Crônicas Degenerativas. Titular: Fórum Paranaense de Ongs Aids, Luís Edgar Chirisk, suplente, também do Fórum Paranaense de Ongs Aids, Amauri Ferreira Lopes. O quarto grupo de entidades representantes de portadores de deficiências. Titular: Instituto Brasileiro de Deficientes Visuais, Terezinha Aparecida de Lima. Suplente, Federação das Entidades de Portadores de Deficiências do Estado do Paraná, DEFIPAR, cujo conselheiro é José Apolinário Filho. Quinto: entidades representantes das associações de moradores e/ou movimentos populares. Titular: Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná, FAMOPAR, conselheiro Joel Tadeu Correia, suplente, também da FAMOPAR, conselheiro Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento. O próximo representante das associações de moradores dos usuários, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST, conselheiro Vilson Tavares da Cruz, suplente, também do MST, Marlene Alves Moraes. A próxima entidade Central de Movimentos Populares (CMP), conselheira Joelma Aparecida de Souza Carvalho. Suplente: Pastoral da Saúde, conselheiro Antônio Pitol. O sexto grupo são as entidades representantes de organizações não governamentais (ONGs). Titular: Pastoral da Criança, Clarice Siqueira dos Santos, suplente, também da Pastoral da Criança, Amélia Cabral Alesi. O sétimo grupo são as entidades representantes patronais urbana e rural. A primeira titular, Federação do Comércio do Paraná (FECOMÉRCIO), conselheiro Paulo Roberto Shubert, suplente: Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Carmem Luísa Renner Werber de Camargo. A próxima entidade. Titular: Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), conselheiro Luís Anselmo Umerlin Tourinho, suplente: Federação de Agricultura do Paraná (FAEP), Sílvia Alexandro Crinsk. Entidades representantes dos movimentos ambientalistas. Titular: ECOFORÇA, conselheiro Valdir Donizete de Moraes. Suplente, também da ECOFORÇA, Roberto Clauneto Picorelli. O nono grupo são as entidades representantes do movimento de mulheres. Titular: A União Brasileira de Mulheres (UBM), conselheira Rosalina Batista., suplente, Associação de Entidades de Mulheres do Paraná (ASSEMPA), conselheira Ariana Caroline Push.

Décimo grupo. Entidades representantes de defesa do consumidor. Titular: Associação de Defesa e Orientação do Cidadão (ADOC), conselheiro Reinaldo Onofre Cicalice, suplente, também da ADOC, Jorge Luís Couto Vieira. Décimo primeiro grupo de entidades de usuários: Entidades representantes do movimento de negros. Titular: Instituto Afro Brasileiro do Paraná, Valdir Isidoro Silveira. Gilberto informa que o titular não compareceu, suplente, da Rede de Mulheres Negras, Angela Maria Martins da Silva. Gilberto informa que, com isso, fica completa a representação dos usuários do Conselho e inicia a chamada para a representação dos segmentos dos profissionais de saúde. Grupo um: Entidades representantes de sindicatos, associações e conselhos de classe de categorias específicas de profissionais de saúde. Titular: Conselho Regional de Farmácia (CRF), Antônio Garcez Novaes Neto, suplente, também do CRF, Volnei Rosa Stalti. Próxima entidade. Titular: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Sueli Preidon de Almeida Coutinho. Gilberto informa que a titular não está presente., suplente: Conselho Regional de Educação Física (CREF), conselheiro Gildásio José dos Santos. Próxima entidade. Titular: Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), conselheira Marina Hiromi Assanuma, suplente: Conselho Regional de Medicina (CRMV), conselheiro Romeu Bertol. Próxima entidade. Titular: Conselho Regional de Fisioterapia Ocupacional (CREFITO), conselheiro Joari Stal Schimidt. suplente, do Conselho Regional de Nutrição, Julhy Hissato da Silva. Próxima entidade. Titular: Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), conselheira Carmen Cristina Moura dos Santos, suplente: Conselho Regional de Psicologia (CRP), conselheira Tereza Cristina de Arruda Salomé. Segundo Gilberto esta conselheira também não compareceu o que, de acordo com ele, ainda não compromete o quorum. Próxima entidade. Titular: Associação Brasileira de Odontologia (ABO), conselheiro Carlos Humberto Zanetti, suplente, do Conselho Regional de Odontologia (CRO), conselheira Juliana Ferreira Camassa Bastos. Segundo grupo: entidades representantes de sindicatos ou associações de trabalhadores de saúde do setor público ou do setor privado, vinculado ao SUS. Titular: Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná (SINDPREVS), conselheiro José Carlos Leite, suplente, também do SINDPREVS, conselheira Beth Claidh Nascimento. Próxima entidade. Titular: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores em Serviços de Saúde Públicos, Conveniados, Contratados e/ou Consorciados ao SUS e Previdência do Estado (SINDSAÚDE), conselheira Elfrida Corol, suplente, também do SINDSAÚDE, Geovana Darc Rodrigues Maria. Próxima entidade: Conselho dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais do Paraná, conselheiro Luís Carlos da Silva de Oliveira, suplente: Associação dos Servidores do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná (ASSEF), conselheira Raquel Prestes de Mello. Próximo grupo é a representação dos segmentos dos gestores. Um: representante da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), titular, Gilberto Berguio Martin, suplente, Graziela Pomini. Segundo grupo: Representante do Fundo Estadual de Saúde. Titular: conselheiro Carlos Geraldo da Silva, suplente: Fundo Estadual de Saúde, Elenir Moisés Bueno. Terceiro grupo: representantes das Secretarias Municipais de Saúde. Titular: Conselho de Secretárias Municipais de Saúde do Paraná (COSEMS), conselheira Marina Sidinéia Martins, suplente, também do COSEMS, Matheos Chomatas. Próximo grupo: representantes da Esfera Federal: Ministério da Saúde/FUNASA. Titular: Ministério da Saúde/FUNASA, Ana Maria Nóbrega de Góes, suplente: Ministério da Saúde/FUNASA, Tânia Margareth Piassa. Gilberto pergunta se nenhuma das duas está presente e diz que é a segunda entidade ausente. Terceiro grupo: Representando o segmento dos prestadores de serviços. Um (01): Representante de estabelecimentos de ensino superior da área de saúde. Titular: Universidade Estadual de Londrina (UEL), conselheiro Jeremias Becker Brizola, suplente, Maria Matilde Zraic Baracatti, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Segundo grupo:

representantes de estabelecimentos de serviços de saúde privados vinculado ao SUS. Titular: Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Paraná (FEHOSPAR), conselheira Marilize Borges Brandão, suplente, também da FEHOSPAR, conselheiro José Estore. Terceiro grupo: representante de estabelecimento de serviços de saúde filantrópicos vinculados ao SUS. Titular: Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Paraná (FEMIPA), conselheira Rosita Marcia Wilner, suplente, também da FEMIPA, Estela Mari Galvão Cuchi. O quarto grupo: representante de estabelecimentos de serviços públicos de saúde. Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná (ACISPAR), conselheiro Alfredo Franco Ayoub, suplente, também da ACISPAR, José Kleber Carula. Quinto grupo e último: representante de estabelecimentos conveniados ao SUS: Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá (HU/UEM). Titular: conselheira Magda Lúcia Félix de Oliveira, suplente, Hospital Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (HU/UNIOESTE), conselheiro Sergio Moacir Fabris. **Gilberto** declara que está empossado e instalado o Conselho Estadual de Saúde (CES) do Paraná e pede uma salva de palmas para todos. A seguir passa para a leitura, discussão e votação do Regimento Eleitoral para que possa ser realizada a eleição da mesa diretora. Ele chama, para conduzir essa parte dos trabalhos, a Secretaria Executiva, Lílían Brandalise, Secretária Executiva do CES-PR. **Mercedes Panassol Demori**, informa que só veio para a assinatura da posse do Conselho e pede desculpas, pois já tinha outro evento programado na região de Paranavaí, diz que Aristeu é o suplente da FETAEP e irá ficar até o término do trabalho. **Lílían** cumprimenta a todos, assume e chama Sônia Anselmo, do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, para auxiliá-la. Em seguida informa a todos que em suas pastas há uma minuta da proposta de regulamento de eleitoral da mesa diretora, e quem quiser, durante a leitura deve pedir destaque que será anotado pela Sônia. A Secretária passa à leitura: *"O Conselho Estadual de Saúde do Paraná CES-PR, regulamentado conforme disposto no inciso 3º, do artigo 169, da Constituição Estadual, e artigo 1º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei Estadual nº 10.913 de 04/10/1994, no uso de sua competência regimental conferida pelo artigo 5º, reunido em sua 142ª reunião ordinária, do dia 29 de maio de 2008, no período da tarde, resolve: Aprovar o regulamento de eleição da mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Título 1 - Das disposições gerais - Artigo 1º: O presente regulamento contém as normas e critérios destinados a assegurar a organização e o funcionamento do processo eleitoral da mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, em cumprimento ao regimento interno conforme a resolução CES-PR nº 06/08. Artigo 2º: A mesa diretora será eleita pelos membros do CES-PR, em condições de votos, titulares e/ou suplentes em pleito direto, mediante voto aberto e pessoal para o mandato até a eleição e instalação do próximo Conselho. Artigo 3º: A mesa diretora deverá ser composta de: presidente; 1º vice-presidente; 2º vice-presidente; 3º vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário; 1º tesoureiro; e, 2º tesoureiro, de forma a contemplar todos os segmentos representados no CES-PR. Do total de cargos, quatro serão ocupados por conselheiros do segmento de usuários, os outros quatro cargos serão ocupados por dois conselheiros representantes do segmento dos trabalhadores, um conselheiro representante do segmento de prestadores, e um conselheiro representante do segmento dos gestores. A eleição será por chapas e o processo eleitoral, constituído de etapas. 1º: Inscrição, verificação de elegibilidade e divulgação das chapas inscritas. 2º: Organização e realização do pleito eleitoral. 3º: Escrutinação dos votos apuração e divulgação do resultado e posse na mesa diretora. Título dois - Da comissão especial de eleição - Artigo 5º: Será constituída a comissão especial da eleição composta por conselheiros no plenário do CES-PR. I: A coordenação do processo*

eleitoral é de responsabilidade da comissão especial de eleição, desde as orientações na plenária, acompanhamento e avaliação no referido processo, obedecidas determinações deste regulamento. II: Os membros da comissão especial não serão elegíveis e não poderão atuar como fiscais. Artigo 6º: Será garantido o direito de fiscalização pelas chapas concorrentes em todas as etapas do processo eleitoral. I: Cada chapa pode designar um fiscal. II: Os membros das chapas são fiscais natos. Artigo 7º: A comissão especial da eleição, do que trata o artigo quinto, será constituída paritariamente de no mínimo quatro membros. Artigo 8º: Compete a comissão especial de eleição: I: Orientar o plenário sobre as normas e procedimentos do processo eleitoral. II: Estabelecer prazos para a inscrição das chapas, prorrogável, se necessário, por decisão do plenário do CES-PR. Inciso: Analisar os documentos enviados pelas chapas concorrentes à mesa diretora, verificando os requisitos de elegibilidade. IV: Inscrever as chapas concorrentes para a mesa diretora e divulgá-las à plenária antes do pleito. V: Receber os nomes dos fiscais das chapas concorrentes que fiscalizarão a realização da eleição e a computação dos votos. VI: Orientar e supervisionar a realização do pleito eleitoral. VII: Proceder à apuração dos votos. VIII: Proclamar o resultado eleitoral. IX: Posse da mesa diretora eleita. Título terceiro - Do processo eleitoral - Artigo 9º: O processo eleitoral acontecerá no dia 29 de maio de 2008, no auditório da SESA-ISEP, das 15h30 às 19h00, em reunião ordinária. Artigo 10º: Cada chapa deverá, por meio de um representante, apresentar-se, demonstrando ter ciência das atribuições da mesa diretora do CES e justificando a candidatura. I: Cada chapa disporá de três minutos para a sua apresentação, prorrogáveis por, no máximo, dois minutos. II: Será garantida a manifestação de um conselheiro favorável à chapa por três minutos improrrogáveis. Artigo 11: As chapas deverão ser organizadas livremente e inscritas junto à comissão especial de eleição. I: As chapas serão enumeradas por ordem de inscrição. II: O conselheiro candidato deverá participar de apenas uma das chapas. Artigo 12: A homologação e posse da mesa diretora eleita deverá acontecer imediatamente após a eleição da mesma, assumindo esta a coordenação dos trabalhos do CES-PR. Parágrafo único: Após o termino do processo eleitoral a plenária do CES homologará o resultado da eleição e não mais aceitará qualquer recurso interposto. Artigo 13: Os casos omissos serão solucionados pela comissão especial de eleição, recorrendo se necessário ao plenário do CES-PR. Artigo 14: Esse regulamento entrará em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Curitiba, 29 de maio, assina o presidente e abaixo é feita a homologação pelo Dr. Gilberto, Secretário de Estado da Saúde. Lílíam passa então aos destaques dizendo que o primeiro destaque, no artigo 4º, é de Magda, da UEM. **Magda** levanta que apenas no artigo 2º, está escrito: *mediante voto aberto e pessoal*, e no artigo 4º, fala de escrutinação dos votos, e expõe que, nesse caso, deveria ser "apuração" dos votos e não escrutínio, porque senão seria o voto secreto. A **secretária do CES** concorda que fique "*mediante apuração*", e no artigo 2º, ao invés de mediante voto aberto e pessoal, fica *mediante apuração dos votos e divulgação do resultado*. **Jonas** pede esclarecimento sobre o número da Resolução se é 008 e a secretária do Conselho responde que não, que essa é uma proposta. Não havendo mais nenhum destaque Lílíam sugere que seja votado o regulamento eleitoral proposto, com as alterações sugeridas e que após a votação deverá ser constituída a Comissão Eleitoral. **Lílíam** esclarece que deverão votar os conselheiros titulares e na ausência destes os suplentes e que os crachás encontram-se dentro das pastas. O conselheiro **Luís Anselmo, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná**, questiona que se está determinado que só titular vota, deve ser alterado o artigo 2º que diz a mesa diretora será eleita pelos membros do CES-PR em condições de voto e/ou, e isto significa que pode votar o titular e o suplente. Nesse caso, segundo ele, tem de tirar o "e" e deixar só "ou", ficando titular ou suplente, e não

titular e/ou suplente. **Lílian**, abre a palavra para **Graça** que sugere que a redação fique da seguinte forma: "titular ou suplente, na ausência do titular", proposta aprovada pela maioria. **Não havendo mais sugestões Lílian coloca em votação a proposta do Regulamento Eleitoral sendo aprovada com 34 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção.** A seguir passa à constituição da comissão especial de eleição, de que trata o artigo 7º do regulamento: "Será constituída paritariamente de, no mínimo, quatro membros.". **Ela** fala que é auto-indicação e ficaria um gestor, um prestador, um usuário e um trabalhador, e pergunta quem tem a intenção. Enquanto os conselheiros vão fazendo as indicações. **Lílian** vai nominando: pelo gestor **Gilberto Martin**, indica a **Marina**. O segmento de trabalhadores indica a **Jhulie**, pelos prestadores será a **Magda**, e pelo segmento de usuários é a **Joelma**. Lílian pede que a comissão assuma os trabalhos e proceda ao processo de eleição e pede para que os conselheiros se aproximem para que o Dr. Gilberto faça encaminhamento para a comissão. Lílian aproveita o momento para esclarecer algumas coisas práticas a respeito do Conselho, porque há novos conselheiros novos. Ela explica que nas pastas dos novos conselheiros há um caderno das leis básicas do SUS, a de nº 8.142, a nº 8.080, a resolução 333, a Lei Estadual nº 10.913 e o Regimento Interno do Conselho. A secretária diz que é importante que os novos conselheiros leiam para que no decorrer das reuniões possam exercer o seu papel com mais propriedade. Explica também para os novos conselheiros que não residem em Curitiba e que dependem de transporte terrestre ou aéreo que na vinda devem entregar o ticket de passagem para a **Lorelai** porque depois a central de passagens, precisa prestar conta e diz que, quanto à volta, os tickets devem ser enviados pelo correio, no endereço do Conselho ou da Secretaria, ou ainda através dos malotes das Regionais de Saúde endereçados ao CES. **Lílian** reforça que a questão da passagem é muito importante, porque existe uma determinação da Secretaria do Estado de Saúde que caso não seja devolvido o ticket a próxima passagem não poderá ser comprada. A conselheira **Elfrida**, SindSaúde diz que, respeitando o encaminhamento do Dr. Gilberto sobre o Conselho provisório que atuará até a eleição e instalação do próximo Conselho, ela gostaria de ter, definido, o momento que em que será feito este debate. Ela alega que o Conselho está instituído por decreto e que não sabe se todos os novos conselheiros estão esclarecidos. Elfrida justifica que um Conselho provisório deve ter um processo de legitimação, e lembrou que o outro (o anterior) foi anulado por conta de irregularidades, o prazo se expirou e não pode haver gestão sem a instituição do controle social. Coloca que é uma questão de honra e de compromisso do controle social do Paraná ter, definidas, as datas onde haverá o novo pleito. **Gilberto Martin** dá sua opinião dizendo que já perdeu-se tempo demais e agora deve-se andar muito rápido e responde à questão de Elfrida dizendo que é necessário concluir-se o processo eleitoral, a constituição da mesa. A partir do momento que a mesa assumir os trabalhos do Conselho abre-se a pauta de discussão. Lembra que na proposta inicial de pauta, havia sido proposto um calendário, mas foi decidido que o mais importante seria resolver a vida do Conselho. Gilberto apresenta sugestão à comissão eleitoral de uma interrupção de trinta minutos para que as pessoas possam conversar e para que se trabalhe uma composição de consenso e, caso isso não ocorresse, cada um apresentará sua chapa que deverá ser votada pelo Conselho, em seguida. **Joelma Carvalho** diz que essa é a proposta que a Comissão Eleitoral estava discutindo e então às 15h30 haverá o retorno à eleição de composição da mesa. **Gilberto** toma a palavra novamente e agradece a presença do **Dr. Marcelo Maggio**, promotor de Justiça do Ministério Público e que acompanhou todo o processo de reorganização do Conselho auxiliando a todos do controle social do Estado do Paraná no processo de crise. **Agradece ainda** a presença da Dra. Duda e do Dr. Marco Antonio Teixeira. Com, o Dr. Marcelo tem que se ausentar da reunião, passa a palavra a ele.

Marcelo Maggio cumprimenta a todos e inicia sua fala dizendo que não quis interferir antes para não causar tumulto, mas que este foi maior do que ele pensava. Diz que como seus colegas de trabalho estão ausentes por motivos de trabalho fora de Curitiba e apareceu uma situação emergente não poderá continuar na reunião, esclarecendo o porquê de sua intervenção. Dr. Marcelo então acentuou que o Conselho de Saúde é a representação mais clara do valor democrático que existe na sociedade. Para ele a Constituição estabelece como valor maior o fato dos brasileiros viverem em um estado democrático de direito, e ao dizer que é democrático, deve-se pensar que a democracia deve se radiar cada vez mais dentro da sociedade, e, democracia nada mais é do que participação. Segundo ele, a participação concreta na área da saúde, a participação da comunidade, inclusive também, por força de mandamento constitucional, ela se dá no âmbito do Conselho que, mais que nunca, tem a sua parcela de atribuição para retomar àquela normalidade que ainda não existe e o fato deste Conselho ser provisório encontra respaldo na legislação estadual e dá a ele um caráter de legalidade. Porém Dr. Marcelo diz que falta ao Conselho um aspecto muito importante que é o de representatividade por ter sido escolhido longe de um espaço público, de uma plenária eleitoral, e isto faz com que providências sejam tomadas, o mais urgentemente possível num curto espaço de tempo, para se alcançar essa tão esperada representatividade. Coloca à inteira disposição para participar e colaborar da melhor maneira possível e que a decisão deve ser tomada em conjunto pelo Conselho e a Secretaria de Estado da Saúde e frisa que, como ponto central, é necessário destacar a necessidade do Conselho ser compreendido como provisório, isto é, com tempo curto de existência. Agradece a atenção e despede-se desejando a todos um bom trabalho. **Gilberto Martin** toma a palavra e diz que se for reaberta a discussão não será cumprida a interrupção que foi programada. **Jonas, da Federação Nacional dos Urbanitários** diz ao Dr. Marcelo diz que a Federação a qual representa não cumpriu um dos dispositivos estabelecidos na Resolução 001/08 e ficará fora do próximo Conselho. Registra que apesar de ser entidade Conselheira com certeza continuará contribuindo na discussão e no avanço do SUS, mas é preciso manter a seriedade do que foi aprovado na Resolução citada. **Gilberto Martin** agradece a participação do Dr. Marcelo Maggio e reinicia as atividades. **Joelma** diz que serão acrescidos 10 minutos e, ao invés de retornar às 15h30, o retorno se dará às 15h40. solicita que o segmento de usuários permaneçam na sala. Após o encerramento do período para a composição da chapa, **Joelma Carvalho** chama os conselheiros para reiniciar a reunião do CES e diz que devem ser trazidas as chapas inscritas. **Joel Tadeu** pede licença à comissão eleitoral e registra que o conselheiro Valdir Isidoro, presidente da Clasper, fez um protesto, durante a reunião do segmento de usuários, dizendo que não havia sido comunicado dessa reunião. Solicita portanto à Secretaria Executiva que fique atenta à sua fala. **Joelma Carvalho** apresenta a chapa de consenso para a Mesa Executiva do Conselho Provisório criado por decreto e que essa mesa passará a conduzir o trabalho assim que empossada. Ela então passa a ler a composição da chapa: "*Presidente: Dr. Gilberto Martins da SESA; Vice-Presidente: Antonio Garcez Novaes Neto; Segundo Vice-Presidente: Ivanor Oliveira Valentin; Terceiro Vice-Presidente: Rosita Maria Marcia Wilner; Primeiro Secretário: Amauri Ferreira Lopes; Segundo Secretário: Maria Elvira de Araújo; Primeira Tesouraria: Joari Stalshmidt; Segunda Tesouraria: Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento.*" Dando cumprimento ao estabelecido no Regimento Eleitoral, passa-se a apresentação da chapa. O Secretário de Saúde, Gilberto Berguio inicia a apresentação: *presidente: Gilberto Berguio Martin, Secretário do Estado de Saúde, do segmento gestor. Primeiro Vice-Presidente: Antonio Garcez Neto, o Neto, representante do Conselho Regional de Farmácia, do segmento de trabalhadores. Segundo Vice-Presidente: Ivanor Oliveira Valentin, da FNU, do segmento dos usuários. Terceira*

Vice-Presidente: Rosita Marcia Wilner, do segmento dos prestadores e representante da FEMIPA (Federação das Misericórdias). Primeiro Secretário: Amauri Ferreira Lopez, que é do Fórum Ongs AIDS, do segmento de usuários. Segunda Secretária: Maria Elvira de Araújo, da FATIPAR, também, representando o segmento dos usuários. Primeiro Tesoureiro: Joari Stalshmidt, do segmento dos trabalhadores e representante do CREFITO - Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. E o Segundo Tesoureiro: Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento, representante da FAMOPAR, segmento de usuários". O presidente eleito do CES esclarece que a mesa tem algumas características específicas. A primeira é que é uma mesa que vai dirigir um Conselho provisório e que tem uma tarefa curta, do ponto de vista de duração, mas uma tarefa importante e fundamental que é fazer a retomada da vida regular do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Lembra que a composição foi construída dentro do consenso, pois este é um Conselho de representação com as suas diversidades e na diversidade do pensamento o esforço que deve haver é o esforço de construção do consenso. Gilberto diz que esse momento foi uma primeira manifestação desse esforço, de construção de consenso. Reforça a importância de manter esse esforço na busca do processo de realização da Conferência Estadual, e após a Conferência, a eleição do novo Conselho e da eleição da futura mesa diretora do Conselho definitivo. Magda diz que composta a chapa, deve-se passar a votação. Pergunta ao plenário se a votação poderá ser pro aclamação, o que é consenso de todos. a Magda encaminha votação da composição da mesa diretora que recebe 24 votos favoráveis, nenhum voto contrário e cinco abstenções. Elfrida, SindSaúde, esclarece que se absteve entendendo que o plenário do CES tem uma função de fiscalização e que ter o presidente na condição de fiscalizado e fiscalizador, é uma situação de conflito. Ela diz que a Resolução 333 recomenda que a presidência não fique com o gestor, mas o SindSaúde apóia o compromisso do Dr. Gilberto, empenhado neste plenário, de que, até o mês de julho, seja realizada a eleição e a legitimação do CES-PR 2008/2009 e dá os parabéns a quem esta assumindo. Paulo Reissinho, do Fórum Popular de Saúde, declara sua abstenção porque o processo executado neste momento é totalmente diferente do idealizado, da trajetória e da história do Conselho, e, principalmente, porque foi falado em muitos momentos, mas ainda não está escrito em lugar algum dos compromissos que poderá assumir essa direção. Conforme ele é um Conselho por decreto, e que está documentado, na fala dos candidatos, que será um conselho provisório, mas ninguém disse o prazo. Sugere sessenta dias para o conselho fazer uma plenária para recompor a representatividade do CES . Parabeniza os que assumiram e diz que todos devem estar em consenso para caminharem mesmo sentido. Magda como membro da comissão Eleitoral proclama o resultado do processo eleitoral, registrando a não votação por parte da Comissão, e que a chapa inscrita teve vinte e quatro votos favoráveis e cinco votos de abstenção, com duas declarações de votos. Ela convida os componentes da chapa para a posse e para assumir os trabalhos da mesa. Gilberto Berguio, presidente do CES, assume e dando continuidade à reunião, às 16h10, fala em nome da mesa diretora agradece o voto de confiança e o consenso que foi estabelecido na composição da mesa. O presidente retoma a discussão para o restabelecimento da normalidade da vida do Conselho e diz que, conforme seu posicionamento já colocado anteriormente, a prioridade número um é a convocação de uma Conferência especial eleitoral com o objetivo, exclusivo de eleger o novo Conselho e, em sua opinião, o caminho mais fácil para se fazer isso é dar continuidade ao processo que havia sido iniciado e interrompido por um mandato judicial, cuja liminar foi derrubada, aprimorando o processo e elegendo o novo Conselho, no máximo, até a primeira quinzena de julho, devido à entrada do processo eleitoral e à dificuldade de mobilização das pessoas. Registra que deverá ser uma Conferência Extraordinária enxuta com o objetivo único

de eleger o Conselho. Ele propõe ao Conselho discutir todo o processo de convocação e preparação. Outro ponto colocado pelo presidente do CES é que tem algumas questões do dia a dia do SUS e suas demandas, que já estão um pouco atrasadas e que o Conselho deverá chamar as comissões de trabalho, pois apesar de ser provisório deverá atender às demandas do Estado. Gilberto sugere que seja estabelecida uma agenda de atividades e propõe uma rodada de 20 a 30 minutos de discussão dos próximos passos do Conselho. Ele solicita que o secretário faça as inscrições. **Luís-Conselho dos Sindicatos** fala que, utilizando a resolução 005/07 do Regimento Interno do Conselho Estadual, conforme o artigo 29, das deliberações, que o primeiro trabalho da mesa diretora eleita seja a aprovação de Resolução determinando que no máximo em sessenta dias seja realizado novo processo eleitoral, inclusive com determinação de datas para convocações, composição da Comissão Eleitoral e sua convocação, ficando tudo registrado em ata, apo segue-se ao agendamento sugerido pelo presidente. **Marcelo Montanha** pergunta se essa proposta abriria prazo para novas inscrições. **Luiz** responde que sua proposta é aprovar uma resolução estabelecendo o prazo de sessenta dias para o novo processo eleitoral, e que os encaminhamentos deverão ser discutidos com a plenária. **Gilberto** solicita aos conselheiros que se identifiquem por nome e entidade à qual representam, no início de sua fala, pois as gravações serão transcritas e nem sempre quem faz a transcrição conhece as vozes. Orienta os conselheiros que encontrarão em suas pastas o Estatuto, o Regimento e as regulamentações sobre o funcionamento do Conselho e que todos olhem detalhadamente, porque é importante dominar as informações ali contidas. **Elfrida, SindSaúde** concorda com o Luiz, mas lembra que há uma resolução aprovada, um processo eleitoral que estava em andamento e que foi suspenso por uma liminar e seria importante definir que, a partir da derrubada dessa liminar, o pleito dê seguimento porque ele tinha toda a prerrogativa de legalidade no seu andamento. Ela reforça então a necessidade de definir as datas dando seguimento à Resolução 01/08, já deliberada pelo Conselho anterior. **Ivanor, FNU**, lembra que o Conselho teve um pleito com entidades inscritas e que essas entidades estavam certificadas pelo Ministério Público e pela Comissão Eleitoral, como entidades aptas e que então caberia ao pleno a possibilidade de restabelecer aquele pleito com aquelas entidades, e levar a termo, uma vez que foi interrompido por uma ação extemporânea de uma entidade que não foi contemplada nos critérios, e que essa deverá ser a tarefa principal do Conselho provisório. **José Carlos Leite, SINDPREVS-PR**, fala que o resgate da Resolução 001/08 seria oportuno, mas muitas entidades e conselheiros que estão na reunião pela primeira vez, sequer têm conhecimento dessa Resolução, que tem critérios específicos e que várias entidades hoje presentes ao Conselho, não estarão contempladas lá. Ele cita que um dos princípios da Resolução 001/08 é que as entidades, para comporem o Conselho, tem que ter passado por Conferências e muitas não passaram por esse processo. Reforça que é importante que os conselheiros saibam para que não aleguem posteriormente falta de conhecimento e que não houve lisura no processo. **Jeremias** diz que sua preocupação maior é com relação ao zelo que se deve ter no que diz respeito aos aspectos legais, desse novo processo. Solicita uma orientação jurídica, que aponte as opções fundamentadas, a fim de evitar-se que outros questionamentos se repitam. Pergunta se o evento será uma Conferência Extraordinária ou uma Plenária Eleitoral. Quanto a Resolução anterior, a mesma tem que ser analisada e discutida novamente em função de que a renovação do Conselho provisório tenha uma proporção importante. **Joari - CREFITO**, concorda com o conselheiro Luís e diz que parte do princípio de que está se iniciando uma reconstrução do Conselho, através de um processo democrático e de controle social efetivo. Segundo ele é preciso regulamentar o andamento do Conselho de maneira bastante coerente e tranquila, mesmo sabendo que há um período curto

de tempo pela frente. Joari propõe que se faça uma reedição dessa resolução, com um novo número, com novas datas, datas de inscrição novamente para as entidades, estabelecendo assim um processo com a maior lisura possível, dando oportunidade a todas as classes de estarem participando. Segundo ele é preciso demonstrar para a sociedade paranaense que o Conselho reinicia seus trabalhos de forma séria e transparente. **Gilberto** retoma a palavra para esclarecer os novos conselheiros dos acontecimentos que os antecederam. Relata sobre a Conferência que deveria eleger o Conselho, mas o processo de eleição realizado durante a mesma, foi cheio de equívocos e irregularidades no seu procedimento. Após a Conferência, todos os problemas que ocorreram durante o processo eleitoral foram questionados pelo Conselho e levantado documentos que comprovavam as irregularidades cometidas naquela Conferência. O Ministério Público respaldou a ação do Conselho, o que causou a suspensão do resultado eleitoral realizado durante a 8ª Conferência Estadual de Saúde. O Conselho então aprovou a Resolução nº 001/08. Nesta resolução se estabeleceram regras bastante claras e precisas de como deveria ser o processo eleitoral. Nomeou-se uma comissão eleitoral com membros de fora do Conselho, com indicação de pessoas do Tribunal Eleitoral, Assembléia Legislativa, Sindicato dos Jornalistas e Tribunal de Contas. O Conselho compôs esta comissão eleitoral extra corporis que, baseada na Resolução nº 001/08 estabeleceu o processo. O Conselho fez o chamamento de uma reunião extraordinária que iria acontecer no dia 23 de fevereiro no Colégio Estadual do Paraná e, nesta reunião especial foram chamadas todas as entidades que participaram da 8ª Conferência Estadual de Saúde, cujo pré-requisito para participar da Conferência Estadual de Saúde era a participação nas Conferências Municipais de Saúde. A comissão eleitoral fez uma avaliação e algumas dessas entidades que pleiteavam participar do processo eleitoral para o novo conselho, não foram aprovadas, de acordo com o estabelecido na Resolução, e muitas delas porque não conseguiram comprovar a sua representatividade estadual, ou por perderem o prazo de entrega de documentos. Com isso chegou-se a trinta e quatro entidades que efetivamente podiam participar do processo eleitoral - número que não completaria as trinta e seis vagas do Conselho. Uma das entidades que não passou pelo crivo, por questionamento da sua representatividade, entrou com um mandato judicial e, na véspera do dia 23, às 18h00, o Juiz concedeu liminar suspendendo a reunião que ia acontecer no sábado, no Colégio Estadual do Paraná. Com a suspensão da reunião, houve um compromisso de todos de tentar recompor o Conselho, o que está ocorrendo agora. O Conselho anterior tinha um prazo de validade que ia até o dia 31 de março e acabou-se optando por fazer um decreto e daqui para frente os novos conselheiros acompanharam toda a discussão. Gilberto diz baseado nesse histórico, gostaria de repassar ao procurador jurídico da SESA, Dr. Hunica, sua proposta de compatibilizar os diferentes entendimentos uma vez que todos querem a convocação de uma conferência eleitoral que consiga eleger um conselho que seja o mais representativo possível da população do Paraná, entre os segmentos que compõem o SUS, na proporção 50% usuário, 25% trabalhador de saúde e, 25% gestor e prestador e que tenha legitimidade de representação. **Gilberto** afirma que é preciso pensar com muito cuidado quais os caminhos que se devem percorrer para garantir esses objetivos sem problema de ordem jurídica de um lado e, de outro lado problemas de viabilização da representação desse Conselho, conduzindo o mesmo de forma sensata, honesta, justa e coerente. Gilberto informa que o parecer do Dr. Carlos Frederico Maresi de Souza Filho, procurador geral do Estado - recomenda que se evite a aplicação da Resolução 001/08 porque está sendo questionada em juízo. Ele explica que, muito embora a liminar tenha sido derrubada na justiça, ainda não foi julgado o mérito, o principal e, conseqüentemente ela está sob júdice. O segundo ponto, segundo Gilberto é que o Conselho deveria trabalhar o conteúdo daquela resolução, seus

princípios e os parâmetros estabelecidos, editando nova resolução que partisse dos mesmos preceitos, fazendo correções como, por exemplo, ao invés de chamar de uma reunião especial, nominar como uma Conferência Extraordinária Eleitoral, garantindo o processo de representatividade desta reunião e da eleição que vai ocorrer, criando assim novos parâmetros de escolha do Conselho. Gilberto então propõe que se convoque uma reunião extraordinária do Conselho provisório dentro dos próximos quinze dias e que todos os conselheiros tenham em mãos a Resolução 001/08 com a tarefa de ler a mesma para discutir na reunião extraordinária específica e aprovar uma resolução para o novo processo eleitoral do Conselho, devendo constar da nova Resolução uma nova comissão eleitoral, sua convocação e com isso desencadear, ao longo do mês de junho, o processo de convocação da reunião que irá realizar a eleição do Conselho. **Picorelli** diz que não se contenta com a fala do presidente e pergunta se vai continuar o cadastro que saiu da internet. A preocupação do conselheiro e de participarem entidades que não participaram de Conferência Municipal e isso pode gerar uma nova ação. **Neto** responde que ainda estão nas propostas e que não foi definido como será, e que continuando com as propostas poderá se chegar a um consenso. **Elfrida**, SindSaúde, acha interessante o Dr. Gilberto contextualizar os fatos ocorridos e, também, salientar que a decisão do tribunal de justiça pela nulidade da liminar dessa entidade, com os seguintes argumentos jurídicos: *"que a resolução CES 001/08 foi homologada pelo secretário do Estado da Saúde, pelo que, nos termos dos artigos assevera, que o novo processo eleitoral da VIII Conferência Estadual de Londrina, não representando qualquer inovação e tão pouco implicando em negativa de vigência."* Segundo Elfrida o juiz reafirma que não houve nenhum erro no processo conduzido do novo pleito eleitoral e ela, enquanto conselheira, naquela ocasião, também diz que todo o processo dessa comissão foi absolutamente correto. De acordo com ela houve problemas já citados pelo Dr. Gilberto, porque alguns não conseguiram apresentar o documento por sedex, por carta registrada e que acabaram ficando de fora e algumas não entraram nessas trinta e quatro entidades por algumas dificuldades, mas não por questões de mérito, de lisura da comissão eleitoral, porque foi uma decisão do próprio Conselho se abster dessa participação, para dar transparência ao processo e as entidades que colaboraram, realmente o fizeram de forma absolutamente idônea e transparente. Para Elfrida é importante estar ressaltando que não houve problema por conta do processo eleitoral, nem por conta da resolução, pois ambas estavam completas e cobertas de lisura. Ela entende que diferente do que diz o procurador, pois o processo estava correto e o Secretário assinou, inclusive, dizendo que estava certa e que estavam retomando o processo e dando lisura e transparência a uma coisa que era importante acontecer. **Picorelli** propõe que permaneça o estabelecido naquela resolução, se faz nova convocação de uma conferência extraordinária para a eleição do conselho. **Terezinha, IBVDA**, diz que sua preocupação é a indefinição se será uma nova Conferência. Pergunta se em sendo uma nova Conferência os municípios também deverão realizar novas Conferências, pois o prazo que está se definindo de sessenta dias é muito pequeno para essa organização. Sugere que primeiro deve-se definir como, e em que formato será realizado o evento, e se será utilizada a mesma resolução para só então definir a data do evento. **José Carlos Leite, SINDPREVS**, diz que o objeto da contestação e conseqüentemente da suspensão do processo eleitoral do dia 23, foi justamente a Resolução 001/08 e acha oportuno ouvir a falar do Dr. Hunica, que poderá responder sobre a derrubada da liminar. Entende que a Resolução está em vigor, porque trata especificamente do processo eleitoral dentro de uma conferência e dá continuidade à conferência, há que se considerar também que existe uma legislação do SUS, e que essa resolução, foi estabelecida dentro desse critério. Abrindo-se mão disso, estaria se abrindo precedente para uma nova ação. Segundo Leite, existem entidades no Conselho que

não estão dentro daqueles requisitos, por força de prerrogativa elas estão legalmente aqui, mas no processo eleitoral já sabem que não poderão participar. Para ele a Resolução está legalmente constituída. **Luís** diz já foi contemplado e reforça que as entidades que não estiveram na Conferência não poderão participar. Ele diz que o que está se fazendo é só dar continuidade ao processo interrompido, sendo impossível a realização de novo processo porque teria que se fazer novas Conferências Municipais. Reafirma sua colocação para definir os sessenta dias e os novos prazos que a comissão eleitora, juntamente com a SESA teria que estabelecer para um novo processo, de como seria a realização do mesmo. **Luís Hunica** se apresenta como assessor jurídico da Secretaria de Saúde e esclarece que quando o procurador geral do estado falou para não se usar essa resolução 001/08, estava dizendo, cautelarmente, sobre o fato de ela ter sido suspensa e ela está suspensa no momento, mas o mérito do mandato de segurança não foi julgado. Ele explica aos conselheiros que, em uma suposição, no futuro a entidade que impetrou o mandato de segurança ganhe a causa, na verdade, o Conselho estaria novamente contaminando todo um procedimento. **Gilberto** retoma a palavra para esclarecer a conselheira Terezinha dizendo que não será convocada uma nova Conferência e que esta Conferência ou reunião, será uma extensão da 8ª Conferência, como se fosse uma Plenária Eleitoral Extraordinária da 8ª Conferência Estadual de Saúde. Ele afirma que não se está fazendo uma Conferência Extraordinária, pois isso geraria um precedente perigosíssimo, e que a convocação será uma extensão da 8ª Conferência, convocada de maneira extraordinária e especial pelo próprio Conselho Estadual de Saúde. Com esse entendimento não é necessária a realização de novas Conferências Municipais. Gilberto continua dizendo que quer compatibilizar as coisas e que o princípio da Resolução 001/08 está perfeito e que se preocupa apenas em tomar cuidado para não fazer algo que possa depois ser desfeito e alerta que poderá haver uma outra Resolução, seguindo os mesmos princípios e parâmetros que foram estabelecidos na 001/08. Quanto aos cadastros, questionados pelo conselheiro Picorelli, Gilberto coloca não dá para responder esta dúvida agora enquanto o Conselho não definir qual é a Resolução que irá normatizar a convocação da Plenária Eleitoral Extraordinária da 8ª Conferência para eleger um novo conselho. **Neto** diz que estão encerradas as inscrições e estão inscritos: Jonas, Marcos, Valdir, Magda e Elaine. Jonas. **Jonas, FNU** fala que tinha entendido que a resolução 001/08 só mudaria o número e a data e é o que ele quer colocar como encaminhamento, porque o processo eleitoral foi instalado, por meio da 001/08, aprovada dentro do Conselho por unanimidade. E quanto à comissão eleitoral ele defende que seja a mesma e que dê continuidade ao processo e considera que não há preocupação se, quem estava apto naquele momento, participou das Conferências Municipais. **Marcos, Fórum Popular de Saúde**, coloca que, se a maior parte das entidades que estão presentes, hoje, discutiram e aprovaram essa Resolução, por unanimidade, deveria ser do conhecimento de todos, o conteúdo da Resolução que estava norteando o processo eleitoral. Propõe que se discuta se vai ser uma conferência ou uma plenária e diz que, além disso, seja necessário aprovar uma nova resolução por conta da mudança da data. Mas Marcos ressalta que no que diz respeito aos critérios que foram adotados para habilitar as entidades ao processo teve critério transparentes, muito bem definido e todos receberam correspondência. Portanto entende que é prioritário discutir-se o processo e não as entidades. Ele destaca que desde o início da reunião se falou da questão da agilidade e que esse processo deve ser resolvido no mais curto tempo e sugere a retomada no processo já que a liminar foi cassada. Entende que a ação tem muita fragilidade e o fato que tem que se colocar é que, tendo sido cassada a liminar, nada obstrui a realização dessa nova eleição. Marcos sugere que o Conselho encaminhe com agilidade os procedimentos do novo processo, marcando uma data, definindo o caráter – se vai ser Conferência ou Plenária – mas

630 não mexer no processo, no que tange a habilitação e o cadastro das entidades. **Valdir,**
631 **ECOFORÇA**, diz que, as duas últimas falas, combinadas com as falas anteriores, praticamente,
632 já deram o norte do que vai ser o encaminhamento. Diz que vê como consenso a continuidade
633 do processo iniciado pela Resolução 001/08, mas que é necessária uma Resolução que tenha
634 uma data específica, complementando e ratificando o processo determinado na Resolução
635 001/08. Ele diz que a comissão eleitoral deve ser reconvocada e dar continuidade ao processo,
636 pois só esta faltando a eleição, levando em conta o critério de que os delegados que
637 participaram da 8ª conferência precisam desse tempo para se organizar. **Magda,**
638 **Universidade Estadual de Maringá**, diz que não vê com tanta simplicidade. Ela considera
639 que nos movimentos sociais existem grupos que gostam de jogar com o jurídico, e vão jogar
640 enquanto puderem e que estava vendo a resolução 333, de 11/2003, no artigo, falando das
641 competências, no item 18 do conselho: "estabelecer critérios para a determinação de
642 periodicidades para as conferências de saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão
643 organizadora, etc.". No entanto, ela pede aos conselheiros que tudo seja feito com cuidado e
644 zelo, e propõe uma nova reunião com um parecer jurídico de prós e contras, da realização
645 dessa plenária. Não sabe se pode ser chamada de Conferência Extraordinária, ou se é possível
646 dar continuidade à Conferência, mas reconhece que a Resolução é legítima. Magda entende
647 que o encaminhamento está dado e quer concordar com o que os colegas disseram, inclusive
648 quanto ao prazo máximo de sessenta dias, no entanto pede que o CES tenha um pouco de zelo
649 e marque uma outra reunião daqui a quinze dias, com a Resolução disponível para todos e um
650 jurista que apresente os pontos. **Elaine, SindSaúde**, diz que é diretora do sindicato, mas não
651 é conselheira, e que gostaria de colocar que a Resolução não é o objeto da ação da entidade
652 que se sentiu prejudicada. Ela diz estar com a decisão do Juiz e o mesmo diz que "o objeto da
653 ação, a impetrante formulou ensear à liminar os seguintes pedidos: a manutenção dos efeitos
654 do processo eleitoral realizado na 8ª Conferência e a manutenção da impetrante como entidade
655 candidata a uma vaga no segmento de usuários no Conselho Estadual". Elaine entende que
656 qualquer entidade, a qualquer momento que se sinta prejudicada, pode entrar com ação
657 porque o assunto é polêmico, e segundo ela, por ter um parecer votado no Conselho, podem
658 surgir uma ou mais ações de qualquer entidade que se sinta prejudicada. Diz que em seu
659 entendimento, o objeto da ação é apenas revigorar a eleição ocorrida na 8ª conferência e
660 incluir a entidade que se sentiu prejudicada novamente no Conselho, enquanto o recurso não
661 for julgado, o que pode levar muito ou pouco tempo e ninguém tem a governabilidade e
662 controle sobre isso. Ela esclarece que a assessoria jurídica do SINDSAÚDE diz que se deve
663 realizar um novo processo eleitoral e que o sindicato reafirma a Resolução 001/08 e concorda
664 com a proposta do Luís Carlos de definir uma data e que a mesa diretora, chame aquela
665 comissão eleitoral que todos referendaram como idônea e que trabalhou com transparência e
666 publicidade. **Gilberto** diz que se esgotaram as inscrições e que fará uma síntese das propostas
667 apresentadas. Uma posição coloca fundamentalmente que se deve aplicar a Resolução 001/08,
668 e inclusive, aplicar as ações que já foram desenvolvidas e ficaria assim: aplica-se a Resolução
669 001/08, chama-se a comissão eleitoral que estava fazendo o processo, reabre-se o processo
670 eleitoral e continua a convocação da reunião extraordinária para ocorrer em um prazo de, no
671 máximo, sessenta dias a contar da data de hoje. A outra proposta, segundo Gilberto, coloca a
672 discussão, de que se deva fazer uma rediscussão da 001/08, partindo do princípio de que
673 alguns conselheiros não a conhecem e a Resolução não está à disposição de todos, o que pode
674 limitar a tomada de decisão de alguns conselheiros em relação ao encaminhamento, que então
675 seria necessária uma nova reunião exclusiva para discutir essa Resolução e que, a partir dessa
676 reunião é que o Conselho faria os encaminhamentos. Gilberto informa a todos que cópias da

Resolução 001/08 estão sendo distribuídas aos conselheiros. O presidente do CES repete então as propostas: Proposta número 1: mantém-se a Resolução 001/08, chama-se a comissão eleitoral que estava conduzindo o processo eleitoral, baseado nos parâmetros e princípios que lá estavam estabelecidos e se retoma o processo eleitoral a partir do ponto em que ele parou dando continuidade ao mesmo. A proposta número 2 é que se discuta a Resolução 001/08 em uma nova reunião. **Magda** interrompe e diz que quer retirar a proposta nº 2 se for a dela. Diz que sua proposta inicial é para que aconteça uma nova reunião com o objetivo único de discutir o prosseguimento do processo eleitoral, estando presente inclusive à comissão eleitoral. **Gilberto** então retoma e diz que a proposta da Magda é igual à proposta um, só que ela quer discutir, daqui a quinze dias, que designação, que formato e que nome terá o evento. **Gilberto** novamente contextualiza as propostas apresentadas, por entender que existe uma segunda proposta de marcar uma reunião num prazo de quinze dias, para redefinir e rediscutir a Resolução 001/08, com o princípio de manter os parâmetros e os critérios estabelecidos por ela e aí definir como será conduzido o processo eleitoral a partir dessa reunião. Pergunta a Magda se é essa a proposta. **Joari** pergunta a Gilberto se seria então, em cima dos princípios da 001/08, uma rediscussão de uma nova proposta, ou uma reedição, ou readequação de uma nova Resolução, novamente convocando uma comissão eleitoral, com prazo de inscrição para as entidades estarem novamente enviando a documentação e a comissão eleitoral revendo a documentação e, aí sim, o pleito. Ele diz entender que essa é uma terceira proposta. **Gilberto** diz então que existe uma proposta muito clara que é de dar continuidade à 001/08, convocando a comissão eleitoral e retomando o processo a partir do ponto em que foi interrompido. A proposta da Magda, com relação ao nome e outros encaminhamentos, entende que não entraria na discussão agora e há uma segunda proposta apresentada pela fala do conselheiro Joari. Gilberto diz a discordância na manutenção ou não da Resolução 001/08, está no ponto em que algumas entidades perderam o prazo estabelecido para envio da documentação ou não enviaram via SEDEX 10, conforme o estabelecido na Resolução. Retomado o processo eleitoral se faz necessário estabelecer novos prazos. Propõe que seja mantidos a resolução e todos os critérios e parâmetros definidos de representatividade, de documentação, de cunho estadual, a resolução em integralidade, refazendo o seu calendário, reabrindo-se a possibilidade de inscrições de instituições que queiram participar do processo eleitoral. Chama-se a comissão eleitoral já nomeada anteriormente para que ela conduza o novo calendário. **Joel Tadeu** interrompe e diz as falas anteriores não eram prepositivas e sim de encaminhamento e que na proposta apresentada pelo presidente do CES seriam abertas novas inscrições e ele entende que não é essa a proposta e que seria impossível acontecer isso, de entidades que estavam fora poderem participar agora. Ele cita que as propostas são de calendário eleitoral e não abertura para novas entidades e acha que a mesa diretora pode se reunir antes do prazo desses quinze dias para já trazer o calendário eleitoral. Lembra que o próprio Secretário falou, naquela reunião do sábado que se tivesse sido usada a nomenclatura "plenária extraordinária", ela também não teria sido feita e que, também, abrir-se para novas entidades seria abrir-se para novas ações. **Gilberto** diz que concorda e que vai dar o encaminhamento da mesa. Como encaminhamento, que há a proposta número um, já sistematizada e apresentada pela mesa, e uma segunda proposta que até o momento não está clara. Se for mantida a segunda proposta que um conselheiro se manifeste com uma redação para o prosseguimento da reunião. **José Carlos Leite, SINDPREVS-PR**, propõe que, nesse momento da discussão, até por falta da própria Resolução à disposição dos conselheiros, seria definida somente a data dessa plenária eleitoral agora, e seria deixada a discussão sobre a Resolução para uma reunião extraordinária do Conselho. Segundo ele a proposta então seria, definir a data do processo eleitoral porque os

demais desdobramentos teriam que ocorrer dentro do período. **Gilberto** retoma dizendo que o Leite fez uma proposta de hoje marcar a data da Plenária Extraordinária e de marcar uma reunião exclusiva para discutir a Resolução 001/08 e os encaminhamentos a serem tomados relacionados ao que está estabelecido na Resolução. Alguns conselheiros pedem a palavra e Gilberto diz que a concederá, mas será somente para encaminhamentos. **Joari** diz que concorda com o encaminhamento do Leite da realização de uma próxima reunião com pauta exclusiva, mantendo então uma data para a plenária. Ele esclarece que pediu a palavra porque acha que foi interpretado equivocadamente. **Marcos, Fórum Popular de Saúde**, diz que sua proposta é para que se submeta à votação de uma data para a realização de uma nova plenária eleitoral e coloca também que quem está propondo um novo calendário, com abertura de inscrições, não justifica o porquê da proposta. Marcos coloca então que o processo se deu de uma forma correta, o Conselho aprovou diretrizes e elas foram cumpridas e que a comissão teve um papel correto e que não há sentido em reabrir calendário. **Gilberto** pede uma questão de ordem ao Marcos e explica que ele fez a interpretação de que haveria a proposta de reabertura e se ninguém colocou isso, ele retira esta fala. Ele informa que o que está na mesa agora é: encaminhamento um: marcar o prazo da eleição, e encaminhamento dois: que seja marcada uma reunião extraordinária para fazer a análise e a discussão da 001/08 e tirar os encaminhamentos que são necessários em relação a ela. **Elaine, SindSaúde**, diz que a sua proposta coincide com a do Marcos, com um item a mais: definir a data da plenária eleitoral, definindo o nome, ao invés de, Plenária Eleitoral, chamar de Conferência Eleitoral Extraordinária e, que não sejam abertos novos prazos para inscrições ou envio de documentos, uma vez que as entidades que poderão concorrer ao novo processo, já estão habilitadas. Fala ainda que a discussão sobre a Resolução 001/08 deverá se dar apenas para conhecimento, e não para mudança do que está estabelecido. **Luís** diz que quer melhorar a proposta do Leite e garantir que na próxima reunião além dos conselheiros e da comissão eleitoral esteja presente também o Promotor Público para acompanhar os procedimentos. **Gilberto** sistematiza as propostas apresentadas à mesa: Proposta número 1, Definir o prazo para a realização da eleição do novo conselho. Proposta dois: Reunião Extraordinária do Conselho, em quinze dias, com a comissão eleitoral e o Ministério Público para dar os encaminhamentos a partir da resolução 001/08. Nesta reunião seriam feitas as alterações necessárias como, por exemplo, como propôs a Elaine, a alteração do nome, e com a Resolução definida poderia ser mudado o número da Resolução para evitar problemas jurídicos, com eventuais ajustes de forma e não de conteúdo. Lembra ainda que poderá ser solicitado ao Dr. Hunica o parecer jurídico solicitado. **Elaine** diz que sua proposta é diferente: que a Resolução 001/08 sofra duas alterações nesta reunião do CES, quanto à data da plenária e a troca do nome para "Conferência Extraordinária Eleitoral", trocando o número da resolução e havendo uma reunião, no prazo de quinze dias com a comissão eleitoral e com o Ministério Público, seria somente para dar os encaminhamentos para a realização da plenária eleitoral, sem a reabertura de qualquer novo prazo e somente acompanhando o trabalho da comissão eleitoral. **Gilberto** esclarece que uma companheira teria pedido a palavra e depois o Leite. **Ângela, Rede de Mulheres Negras** pede um esclarecimento da mesa ou do conselheiro do SINDIPREVS porque ainda está em dúvida quanto aos encaminhamentos. Pergunta se as entidades que não entregaram documentação e não enviaram sedex em tempo estarão fora desse processo. **Leite** diz que vai esclarecer à conselheira, mas primeiro quer ponderar com a Elaine quanto a não se alterar a resolução explicando que nos itens 4 e 5, por exemplo tratam de datas, que tem necessidade de serem revistas. Concorde que não seja feita revisão de conteúdo, mas as datas precisam ser alteradas. Respondendo a conselheira da Rede de Mulheres Negras, diz que a Resolução trata também do

questionado por ela, e uma vez que ela não está revogada, as entidades que não se habilitaram, realmente ficam de fora. **Gilberto** diz que quanto a data do novo processo eleitoral, deverá ser definido nesta reunião. As duas propostas são, uma da Elaine que coloca que as mudanças referentes ao processo eleitoral contido na Resolução 001/08, deve ser definido hoje. Outra proposta do conselheiro Leite que se faça a discussão dessas mudanças na reunião extraordinária que está sendo programada para acontecer daqui a quinze dias. **Gilberto coloca em votação as duas propostas, recebendo a proposta um 09 votos favoráveis e a proposta dois 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção. O presidente** informa que a reunião será realizada em 15 dias e a pauta será: 1. Resolução 001/08; 2. Chamamento da comissão eleitoral e Ministério Público para que sejam tomadas as decisões e os encaminhamentos necessários para a realização da eleição em 60 dias, em 29 de julho. Gilberto propõe que esta seja uma data limite, ou seja, prazo máximo para que seja eleito o novo conselho, 29 de julho de 2008. **Alguém** sugere que seja dia 26, que é um sábado. **Gilberto** coloca em votação a proposta de eleição no dia 26 de julho, sendo aprovada por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A seguir Gilberto sugere que a data da realização da reunião para a discussão da Resolução 001/08, seja no dia 11 de junho, sendo aprovada por todos. **Gilberto** diz que encerrada a questão do processo eleitoral, restam ainda 45 minutos para esgotar o prazo da reunião e sugere fazer uma abordagem rápida em relação a outros assuntos e questões que estão em aberto no Conselho e pede que a Secretaria de Saúde apresente ao Conselho assuntos em abertos para que a mesa possa proceder aos encaminhamentos. Ele passa a palavra a Maria Eleonor. **Maria Leonor** passa a apresentar algumas pendências que necessitam passar pelo Conselho para apreciação e posterior aprovação. Uma delas é o fechamento do Plano Estadual de Saúde. Ela lembra aos conselheiros que já estavam e continuam no CES que na última discussão em relação ao plano, foram apresentadas algumas propostas pelo Conselho para inserção e adequação do plano e que este terá que retornar ao Conselho com as sugestões e adequações propostas para que se possa, finalmente, aprovar o Plano Estadual de Saúde. Acrescenta que é necessário apresentar também o Relatório Anual de Gestão de 2007, para apreciação e aprovação; o Relatório dos Indicadores de Monitoramento e de Avaliação do Pacto pela Saúde, de 2008, que já foi pactuado na "Bipartite" e agora só aguarda análise, apreciação e aprovação do Conselho Estadual de Saúde, bem como o Plano de Ação do "Participa SUS". Faz alguns esclarecimentos sobre o ParticipaSUS, dizendo que dentro dos Blocos de Financiamento do Pacto pela Saúde, existe o Bloco de Gestão, e dentro desse bloco tem o componente de Qualificação da Gestão, onde está previsto um incentivo para a Qualificação do Controle Social, da Regulação, da Auditoria e da Ouvidoria. Maria Eleonor esclarece que já existe uma portaria de 2007 que regulamentou isso, exigindo do Estado, como pré-requisito para habilitação, um plano de ação. Segundo ela, esse plano de ação já foi elaborado, passou pela Bipartite, e encaminhada uma versão preliminar ao Ministério para uma apreciação preliminar deles, mas é preciso passar isso primeiro pela discussão do CES. Ela ressalta que o Ministério da Saúde não aceitará o plano sem a aprovação do Conselho, que esse plano tem de ser apresentado até o mês de junho, senão o Estado perderá o recurso porque o Ministério disse que a habilitação deverá ocorrer, e também a dos outros estados, até o mês de junho. Conforme Maria Leonor essas são as demandas colocadas para o Conselho Estadual de Saúde. **Gilberto** assume a palavra dizendo que a discussão do "Participa SUS" é fundamental para o CES porque é um recurso basicamente voltado para o Conselho, com qualificação de conselheiro, com organização de trabalho dos Conselhos, de preparação de material de informação, material de divulgação, incentivo à criação de ouvidorias, entre outros. Gilberto salienta que este é um recurso

fundamental e que a discussão interessa de forma muito direta a todos os conselheiros. Quanto a pauta apresentada por Maria Leonor, demanda quatro itens importantes, concluir a discussão do Plano Estadual de Saúde, o Relatório de Gestão, e os relatórios trimestrais desse ano para mantê-los atualizados, os indicadores do Pacto pela Saúde e a discussão do "Participa SUS". Ele propõe uma discussão rápida sobre os assuntos citados, esclarecendo que não está propondo a discussão dos temas, mas sim de quais encaminhamentos serão dados. **Elaine** reforça a questão do Relatório de Gestão, considerando que já se está no mês de maio e é necessário, na próxima reunião do conselho, ter um Relatório de Gestão porque ele também é um instrumento muito importante, inclusive, para a questão do repasse do Ministério da Saúde para a Secretaria de Estado da Saúde. Ela destaca que quem acompanha o Conselho sabe que o SESA se comprometeu em apresentar de uma outra forma. Ela solicita então o relatório para que os conselheiros possam ir discutindo o Relatório de Gestão 2007. Elaine lembra ainda que a LDO que já está na Assembléia Legislativa. **Luiz** propõe como encaminhamento que, para a próxima reunião do dia 11, possa ser antecipada a reunião das comissões, fazendo uma reunião extraordinária no dia 10 de julho e a ordinária no final do mês. Sugere também que os documentos sejam enviados aos conselheiros para que os mesmos possam estudá-los com antecedência. **Elfrida, do SINDSAÚDE**, se diz preocupada com a demanda apresentada por Maria Leonor, por serem agendas extremamente densas e pergunta para a SESA quais são as demandas em termos de prazos colocados para o Conselho e cita, por exemplo, que já foi feita uma discussão prévia do Plano Estadual, mas a versão final vai exigir um tempo grande, talvez toda uma reunião do Conselho para fechamento do plano. Ela diz que o Relatório de Gestão da mesma forma, que estas agendas são muito densas e que ela gostaria de entender a agenda da SESA. Reafirma que é necessária a definição de calendário para essas discussões para que todos possam se apropriar e os novos conselheiros possam entender toda a discussão. **Ivanor** diz que há uma grande demanda e que em virtude delas, existe a necessidade de algumas comissões serem reinstaladas, quase em regime de urgência, como, por exemplo, a de Orçamento e Finanças, para o Conselho poder referendar, pelo menos, o Orçamento e o Relatório de Gestão. Lembra que o Regimento Interno do CES também estabelece algumas demandas de capacitação como o primeiro ato para os novos conselheiros e propõe que seja avaliada a possibilidade de uma extraordinária estendida de dois ou três dias para dar conta de tudo, ou uma ordinária, com dois dias de comissões, pelo menos. **Rosalina** diz acreditar que essas quatro pautas que foram apresentadas são de grande responsabilidade e é papel dos conselheiros utilizar o tempo, discutir e encaminhar pautas que darão resultado na ponta. De acordo com ela, o financiamento é muito importante e todos sabem que a pauta é técnica, como o Pacto de gestão, como o Plano do Estado, e salienta que o Conselho deve apreciar com responsabilidade. Apóia a proposta do Luís de estar chamando as comissões, que seja trazido para os conselheiros o prazo limite e serem retiradas como prioridade essas quatro pautas que foram apresentadas. **Picorelli** concorda com a fala da conselheira, pois, enquanto representante dos usuários no interior do Estado, está vendo as dificuldades como a falta de leitos, a questão da Central de Regulação, a demora, a falta de transparência, a demanda reprimida, a dengue, entre outros. Sugere então, que a próxima reunião possa ser iniciada ao meio dia e que sejam pautadas as comissões. **Gilberto** concorda com Picorelli dizendo que, na verdade, a verdadeira função do Conselho é essa, e não o que os conselheiros estavam fazendo até aquele momento e esclarece que essa sobrecarga de temas, desta vez, não é culpa da SESA. O presidente propõe que, na reunião do dia 11, seja feita uma reunião de um dia e meio, porque ele acha que meio dia é o suficiente para a discussão de encaminhamentos para o processo eleitoral e mais um dia para esses encaminhamentos que estão colocados para o CES.

865 Ele complementa que a mesa deve se reunir na próxima semana para deliberar com relação às
866 comissões e sua reorganização, mesmo que sejam comissões especiais ou extraordinárias para
867 a discussão deste temas mais relevantes. Ele concorda quando alguém sugere comissões
868 mistas especiais ou extraordinárias para não ter que seguir aquele processo das comissões que
869 normalmente é estabelecido e a Secretaria vai apresentar ao Conselho as suas prioridades e diz
870 que, no caso do "Participa SUS", há o problema do prazo e tem a ver com a qualificação dos
871 novos conselheiros e com os Conselhos Municipais. Ele cita que, quanto ao Pacto, há o prazo
872 para os indicadores e que, com relação ao Relatório de Gestão, é importante adiantar a pauta
873 para não ocorrer acúmulo de relatório, explicando que, do ano inteiro de 2007, não foi
874 aprovado nenhum e será necessário o CES discutir os Relatórios do ano inteiro. O Plano
875 Estadual de Saúde é referência e é fundamental, assim como a LDO, lembrada aqui pela Elaine.
876 Segundo Gilberto estes cinco temas são itens fundamentais para serem discutidos pelo CES.
877 Reapresenta a proposta de que a próxima convocação seja para os dias 11 e 12 de junho.
878 **Alguém** sugere dia 10 e 11 e **Gilberto** esclarece que dia 10 é uma terça feira e ele não poderá
879 participar, a não ser que a reunião seja no período vespertino. Sugere que a mesa possa
880 deliberar as datas das reuniões. Esclarece que o material será enviado aos conselheiros
881 antecipadamente. **Gilberto** esclarece serão dois dias de trabalho, no primeiro dia pela manhã
882 reunião das comissões e a tarde reunião do Conselho para os encaminhamentos do processo
883 eleitoral e um dia inteiro (dia 11) para a plenária tratar os cinco temas relativos ao SUS, no
884 Estado do Paraná. Estando todos de acordo com a proposta apresentada e nada mais havendo,
885 Gilberto Berguio Martin, Presidente do CES-PR, agradece a todos e encerra a presente reunião.

886